

Secretaria de  
Estado da  
Casa Civil



Portaria nº 158/2018 - CASA CIVIL

- Revogada pela Portaria nº 280, de 13-04-2018.

~~O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na [Lei nº 19.156](#), de 29 de dezembro de 2015, e no disposto no artigo 23 do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017;~~

~~CONSIDERANDO que a [Portaria nº 148](#), de 28 de fevereiro de 2018, desta Pasta (documento SEI—evento de nº 1687843—processo nº 201800005001672) publicada na página 03 do Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22.760, de 02 de março de 2018, resolve constituir no âmbito desta Secretaria, a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho—CAED, em atendimento ao disposto no artigo 39, § 2º, da [Lei nº 19.156](#), de 29 de dezembro de 2015 e no artigo 4º do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017, que regulamenta a avaliação especial de desempenho do servidor público civil em estágio probatório na Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo; e~~

~~CONSIDERANDO o Memorando nº 05/2018 GEGPE, da Gerência de Gestão de Pessoas desta Pasta, datado de 08 de março de 2018 (documento SEI—evento de nº 1717809—processo nº 201800013000791) que solicita providências quanto à retificação da [Portaria nº 148](#), de 28 de fevereiro de 2018, supramencionada, apenas no que tange aos incisos discriminados no artigo 3º da referida Portaria que fazem referência aos incisos de I a XII do art. 25 do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017 quando deveria fazer referência aos incisos de I a XXIII do art. 26 do mesmo Decreto, que disciplinam as atribuições a que competem à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho—CAED;~~

#### **RESOLVE:**

~~Art. 1º. RETIFICAR a [Portaria nº 148](#), de 28 de fevereiro de 2018, desta Pasta, publicada na página 03 do Diário Oficial nº 22.760, de 02 de março de 2018, que constituiu a Comissão de Avaliação Especial de Desempenho—CAED, apenas no que tange aos incisos discriminados no seu artigo 3º, para que se faça constar no corpo dos incisos do art. 3º da citada Portaria os incisos de I a XXIII enumerados no art. 26º do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de~~

2017, que disciplinam as atribuições a que competem à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho – CAED, permanecendo inalterados os demais termos, na forma a seguir:

Na [Portaria nº 148](#), de 28 de fevereiro de 2018, da lavra do Titular da Secretaria de Estado da Casa Civil, publicada no Diário Oficial nº 22.760, de 02 de março de 2018, página 03,

Onde se lê:

“ Art. 3º COMPETE à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, conforme no disposto no artigo 26º do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017:

I) organizar, coordenar, orientar e monitorar o processo de avaliação especial de desempenho dos órgãos e das entidades do Poder Executivo;

II) manter o registro da composição das Comissões de Avaliação Especial de Desempenho, das Comissões de Recursos e das Comissões de Processo Administrativo de Exoneração dos órgãos e das entidades do Poder Executivo; III— monitorar o desempenho das Comissões Especiais de Avaliação de Desempenho e das Comissões de Recursos dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

III) disponibilizar e administrar sistema informatizado para realização da avaliação especial de desempenho nos órgãos e entidades do Poder Executivo;

IV) disponibilizar, preferencialmente de forma eletrônica, em seu sítio na internet, o Manual de Avaliação Especial de Desempenho contendo as regras e as instruções referentes ao estágio probatório;

V) prover treinamento sistemático para membros de comissões de avaliação especial de desempenho e de comissões de recursos para a melhoria contínua do processo de avaliação;

VI) prover orientação para membros de comissões de processo administrativo de exoneração, quando necessário;

VII) propiciar às comissões de avaliação especial de desempenho e às comissões de recursos orientação e suporte técnico necessários para realização de seus trabalhos;

VIII) manter sistema de arquivamento e acompanhamento eletrônicos da documentação referente a estágio probatório;

IX) criar e implementar condições de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores em estágio probatório, a fim de auxiliá-los na superação de suas dificuldades;

X) promover o alinhamento do programa de qualificação disponibilizado pela Escola de Governo com as necessidades de desenvolvimento profissional dos servidores em estágio probatório;

~~XI) realizar outras atividades necessárias à implementação da avaliação especial de desempenho no âmbito de sua competência."~~

Leia-se:

Art. 3º COMPETE à Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, conforme no disposto no artigo 26º do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017:

~~I) — elaborar anualmente e manter atualizado o plano de ação para aplicação da avaliação especial de desempenho;~~

~~II) — iniciar o procedimento de avaliação especial de desempenho;~~

~~III) — opinar nos processos de cessão de servidores durante a fase de estágio probatório, após verificar a correlação entre as atribuições do cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado e aquelas a serem exercidas no órgão ou na entidade cessionária;~~

~~IV) — analisar a correlação entre as atividades a serem executadas pelo servidor cedido quando houver designação para o exercício de cargo de provimento em comissão, relativamente às atribuições do cargo de provimento efetivo para o qual foi nomeado, decidindo sobre a suspensão ou não do estágio probatório;~~

~~V) — promover treinamento sistemático dos servidores em estágio probatório e das suas chefias para a correta compreensão dos conceitos, da metodologia e dos instrumentos da avaliação especial de desempenho;~~

~~VI) — divulgar, aos servidores em estágio probatório e às respectivas chefias, o Regulamento e o Manual de Avaliação Especial de Desempenho, com as regras e instruções referentes ao estágio probatório;~~

~~VII) — analisar os registros feitos pela chefia e pelo servidor em estágio probatório, por meio do preenchimento de formulários *on-line* ou por meio físico, se for necessário, utilizando-os como subsídio para formar sua convicção;~~

~~VIII) — avaliar o servidor em estágio probatório com objetividade, por meio da utilização dos modelos instituídos pelo [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017, limitando-se à observação e à análise do seu desempenho, a fim de eliminar a influência de efeitos emocionais, parcialidade e subjetivismos no processo de avaliação;~~

~~IX) — realizar a avaliação semestral e a consolidação final das avaliações especiais de desempenho em estrita observância ao cumprimento dos prazos;~~

~~X) — dar conhecimento à chefia do servidor dos resultados por este alcançados na avaliação especial de desempenho, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua realização;~~

~~XI) — notificar o servidor acerca do resultado da avaliação (Anexo III) e do consolidado final (Anexo IV) da avaliação especial de desempenho, por escrito ou~~

eletronicamente, desde que comprovado o recebimento, em 5 (cinco) dias úteis após a sua realização;

XII) — receber recurso (Anexo V) apresentado contra a avaliação especial de desempenho, para a providência de que trata o parágrafo único do art. 33 do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017;

XIII) — notificar o servidor, por escrito ou eletronicamente, desde que comprovado o recebimento, a respeito da decisão referente ao resultado de recurso, no prazo estabelecido pelo parágrafo único do art. 34 do [Decreto nº 8.940](#), de 17 de abril de 2017;

XIV) — requerer, quando necessário, à chefia e à unidade de gestão de pessoas, documentos e informações dos servidores que interpuserem recurso, a fim de elucidar fatos e questões suscitadas pelo recorrente e subsidiar a decisão da Comissão;

XV) — comunicar à unidade correicional do respectivo órgão ou entidade sobre a prática de possíveis ilicitudes disciplinares verificadas durante o período avaliatório;

XVI) — realizar o consolidado final (Anexo IV) das etapas de avaliação do servidor no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após finalização dos procedimentos da 5ª (quinta) etapa avaliatória; XVII) — elaborar o parecer conclusivo (Anexo VI) da avaliação especial de desempenho de cada servidor ao término da 5ª (quinta) etapa, em 5 (cinco) dias úteis após a conclusão do consolidado final, encaminhando-o imediatamente ao titular do órgão ou da entidade, ou à unidade de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de origem, quanto se tratar de servidor cedido, para os devidos fins;

XVIII) — gerenciar a utilização do sistema informatizado de avaliação especial de desempenho no seu âmbito de atuação;

I) — definir a participação *in loco* de seus membros, quando houver necessidade, em decorrência da constatação de distorções nos registros para garantir à chefia imediata a adequada exposição dos fatos e, ao servidor em estágio probatório, a sua defesa;

II) — manter disponível, durante o período do estágio probatório, o acesso do servidor aos documentos que compõem o seu processo de avaliação especial de desempenho;

III) — encaminhar, após a finalização de cada etapa, do consolidado final e do parecer conclusivo, os resultados da avaliação especial de desempenho dos servidores à unidade de gestão de pessoas do órgão ou da entidade de origem e de exercício para inserção no dossiê do servidor;

IV) — encaminhar, após a finalização do consolidado final e do parecer conclusivo, os resultados da avaliação especial de desempenho dos servidores ao titular do órgão ou da entidade para conhecimento e adoção das providências cabíveis;

XXIII) — realizar outras atividades necessárias à implementação da avaliação especial de desempenho no âmbito de sua competência.

~~Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a partir de 28 de fevereiro de 2018.~~

~~DÊ SE CIÊNCIA, PUBLIQUE SE E CUMPRA SE.~~

~~SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia aos 09 dias do mês de março de 2018.~~

~~JOSÉ CARLOS SIQUEIRA~~

~~Secretário~~

~~Documento assinado eletronicamente em 9/3/2018.~~